

**CONVÊNIO N. 821249 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA
SAÚDE E A(O) IRMANDADE DA
SANTA CASA DE MISERICORDIA DE
MARILIA/SP, VISANDO
FORTALECER O SISTEMA ÚNICO
DE SAÚDE – SUS.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o n. 00.530.493/0001-71, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE**, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, em Brasília/DF, neste ato representado pelo(a) **MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, MARCELO COSTA E CASTRO**, nomeado pelo Decreto de 2.10.2015, DOU de 5.10.2015, portador(a) do RG n. 97836, expedido pela SSP/PI, e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº. 023.820.913-04 e a(o) o(a) **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MARILIA/SP**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n. 52.049.244/0001-62, doravante denominado(a) simplesmente **CONVENENTE**, situado no(a) Av. Vicente Ferreira, 828 Cascata, neste ato representado por seu(ua) **PROVEDOR, MILTON TEDDE**, portador(a) do RG nº. 2.258.469, expedido pelo(a) SSP/SP, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 139.878.108-82, resolvem celebrar o presente Convênio, registrado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, sob o n. 821249/2015, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício (Lei n. 13.080/2015), no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, e alterações posteriores, consoante o processo administrativo nº 25000.177483/2015-55, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto “AQUISICAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE”, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme detalhado no Plano de Trabalho, que passa a integrar o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência/Projeto Básico, quando aplicável, propostos pelo **CONVENENTE** e aprovados pelo **CONCEDENTE**, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

Subcláusula Única. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do **CONCEDENTE**.



1

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à apresentação tempestiva do(s) seguinte(s) documento(s) pelo **CONVENENTE** e à respectiva aprovação pelo setor técnico do **CONCEDENTE**:

- I - Termo de Referência/Projeto Básico, nos termos do art. 1º, § 2º, XXVI, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011; se aplicável, e, caso de serviços de Engenharia voltados à Construção e Ampliação de Imóveis a documentação que se segue:
 - a) Memorial Descritivo e Especificações Técnicas do Projeto Básico; Planilha Orçamentária; Cronograma Físico-financeiro; Memória de Cálculo dos quantitativos de todos os serviços contemplados na Planilha Orçamentária; Planilha de Composição do BDI; Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à elaboração da Planilha Orçamentária e à elaboração dos projetos; e Declaração profissional com CREA referente ao atendimento quanto a Lei de Diretrizes Orçamentária no que tange à compatibilidade entre quantitativos previstos na Planilha Orçamentária com os quantitativos previstos nos projetos, assim como a compatibilidade entre os custos constantes das Planilhas com os custos previstos no SINAPI;
 - b) Licença Ambiental prévia, nos casos que exijam estudos ambientais, na forma disciplinada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, bem como à Instrução Normativa n. 1/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e
 - c) comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes ao imóvel indicado à edificação, na forma prevista no inciso IV e seus parágrafos do art. 39 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n. 507/2011.
- II - outra(s) condição(ões) porventura indicada(s) no parecer técnico de aprovação do Plano de Trabalho.


Subcláusula Primeira. O **CONVENENTE** deverá apresentar o documento referido no inciso I do caput desta cláusula, antes da liberação da primeira parcela dos recursos, no prazo de 09 (nove) meses, contados da data da assinatura do presente Termo, prorrogável, uma única vez, por igual período, até o limite de 18 (dezoito) meses, incluindo-se eventual prorrogação.

Subcláusula Segunda. O Termo de Referência/Projeto Básico será apreciado pelo **CONCEDENTE** e, se aprovado, ensejará a adequação do Plano de Trabalho, se necessário.

Subcláusula Terceira. Constatados vícios sanáveis no Termo de Referência/Projeto Básico apresentado, o **CONCEDENTE** comunicará o **CONVENENTE**, estabelecendo prazo para saneamento.

Subcláusula Quarta. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico não seja entregue ou receba parecer contrário à sua aprovação, proceder-se-á à extinção do convênio, nos termos dos arts. 37, § 6º, e 43, XVIII, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

Subcláusula Quinta. Quando houver, no Plano de Trabalho, a previsão de transferência de recursos para a elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, é facultada a liberação do montante correspondente ao custo do serviço.



Subcláusula Sexta. Na hipótese do inciso II do caput desta cláusula, aplica-se o art. 40 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, de forma que o **CONVENENTE** terá 09 (nove) meses de prazo para cumprimento da condição, e desde que feitas as adequações no Plano de Trabalho e apresentadas as justificativas, poderá o prazo inicialmente concedido ser prorrogado, nos termos de ato regulamentar da autoridade máxima do **CONCEDENTE**, por uma única vez, de igual período, não ultrapassando 24 (vinte e quatro) meses, incluída a prorrogação, se houver, devendo o Convênio ser extinto no caso do não cumprimento da condição.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

São obrigações dos partícipes:

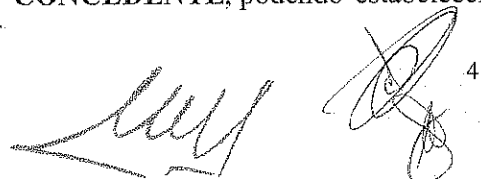
I - DO CONCEDENTE:

- a) realizar no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial;
- b) transferir ao **CONVENENTE** os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Federal e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- c) acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Convênio, comunicando ao **CONVENENTE** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- d) analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho;
- e) abrir conta-corrente vinculada ao presente convênio em instituição financeira oficial controlada pela União, observada a opção do Conveniente quanto à instituição financeira e agência, na qual deverão ser efetuados os depósitos a cargo do **CONCEDENTE**;
- f) analisar a prestação de contas relativa a este Convênio, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma e prazo fixados no art. 10 do Decreto nº 6.170, de 2007, e no art. 76 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos produtos e serviços conveniados; e
- g) notificar o **CONVENENTE** quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial, observado o disposto no § 9º do art. 10 do Decreto nº 6.170, de 2007, c/c § 11 do art. 72 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

II - DO CONVENENTE:



- a) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência/Projeto Básico aprovados pelo **CONCEDENTE**, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;
- b) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;
- c) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Convênio, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho e no Termo de Referência/Projeto Básico;
- d) elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Convênio, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;
- e) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo **CONCEDENTE** ou pelos órgãos de controle;
- f) submeter previamente ao **CONCEDENTE** qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- g) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira oficial federal, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os em conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
- h) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;
- i) realizar no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Convênio, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial nº 507, de 2011, mantendo-o atualizado;
- j) selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo **CONCEDENTE**, podendo estabelecer



4

custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Convênio, consoante o disposto na Instrução Normativa SECOM-PR no 2, de 16 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ou outra norma que venha a substituí-la;

- t) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;
- u) manter o **CONCEDENTE** informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização, ou na hipótese prevista no art. 6º, § 1º, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, no que for aplicável;
- v) permitir ao **CONCEDENTE**, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;
- w) ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;
- x) garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades; e
- y) apresentar comprovação do registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao respectivo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia nos financiamentos destinados a construção e ampliação;
- z) registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço global ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o Termo de Homologação e Adjudicação, o extrato do Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento - CTEF e seus respectivos Aditivos, Notas Fiscais e no caso de investimentos relativos a serviços de Engenharia a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, , Boletins de Medições;
- aa) no que couber, obriga-se a respeitar em suas áreas externas e internas a aplicação visual de marcas do SUS previstas em manual disponível em hot site específico na página eletrônica Ministério da Saúde, na internet, sob o título "Manuais de Aplicação de Marcas do SUS"; e
- bb) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do **CONCEDENTE** em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste convênio e obedecido o modelo-padrão estabelecido pelo **CONCEDENTE**, apor a marca do Governo Federal nas placas, painéis e outdoors de identificação das obras e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste convênio, consoante o disposto na Instrução



Normativa SECON/PR n. 2/2009, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ou outra norma que venha a substituí-la.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

Este Termo de Convênio terá vigência de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação do **CONVENENTE** devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

Subcláusula Primeira. O pedido de prorrogação deverá ser acompanhado de justificativa, ao qual se fará juntada de Relatório Situacional demonstrando o atual estágio da efetiva execução do objeto da pactuação, com indicativo do percentual já alcançado, inclusive fotografias.

Subcláusula Segunda. O **CONCEDENTE** prorrogará “de ofício” a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, com a seguinte disposição e classificação orçamentária:

I - R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), no corrente exercício, correndo à conta da dotação alocada no orçamento do **CONCEDENTE**, autorizado pela Lei n. 13.115, de 20/4/2015, publicada no DOU de 22/4/2015, UG/Gestão 257001/00001, assegurado pela Nota de Empenho n. 800744/2015, vinculada ao Programa de Trabalho n. 10.302.2015.8535.0035, PTRES n. 102876, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos 6100000000, Natureza da Despesa 44.50.42.

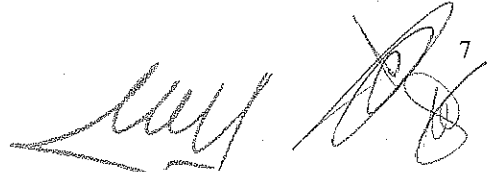
Subcláusula Primeira. A indicação dos créditos e empenhos referentes aos recursos a serem transferidos pelo **CONCEDENTE** nos exercícios subsequentes, consignados no Plano Plurianual, será realizada mediante registro contábil e formalizada por meio de inserção orçamentária.

Subcláusula Segunda – Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação do **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse do **CONCEDENTE** do **CONVENENTE** serão depositados na conta específica vinculada ao presente Convênio, aberta em nome do **CONVENENTE** em instituição financeira oficial federal.

Subcláusula Primeira. A liberação da primeira parcela dos recursos do **CONCEDENTE** somente será realizada após o cumprimento da condição suspensiva constante neste instrumento, caso prevista.



Subcláusula Segunda. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Governo Federal, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado no SICONV, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Convênio.

Subcláusula Terceira. Para o recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o **CONVENENTE**:

- I - atender às exigências para contratação e pagamento previstas nos arts. 56 a 61 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011; e
- II - estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho.

Subcláusula Quarta. A liberação das parcelas do Convênio será suspensa até a correção das impropriedades constatadas, quando:

- I - não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, constatada pelo **CONCEDENTE** ou pelo órgão competente do Sistema de Controle Interno da Administração Pública;
- II - for verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio; e
- III - for descumprida, injustificadamente pelo **CONVENENTE**, cláusula ou condição do Convênio.

Subcláusula Quinta. Os recursos deste Convênio, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pelo **CONVENENTE** em caderneta de poupança de instituição financeira oficial federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

Subcláusula Sexta. As receitas das aplicações financeiras somente poderão ser aplicadas no objeto do Convênio, no interregno de sua vigência, estando sujeitas às mesmas condições de prestação de contas.


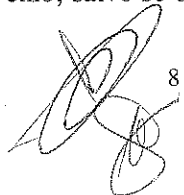
Subcláusula Sétima. A conta referida no caput desta cláusula será isenta da cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Subcláusula Primeira. É vedado ao **CONVENENTE**, sob pena de rescisão do ajuste:

- I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;
- II - realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- III - efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

  8

- IV - alterar o objeto do convênio, exceto quando autorizado pelo **CONCEDENTE** no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto conveniado;
- V - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- VI - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo **CONCEDENTE**, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- VII - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- VIII - realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos e desde que previstas no Plano de Trabalho.
- IX - transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;
- X - transferir recursos liberados pelo **CONCEDENTE**, no todo ou em parte, a quaisquer órgãos ou entidades que não figurem como partícipes do presente Termo, ou à conta que não a vinculada ao presente Convênio; e
- XI - celebrar contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos federais, ou firmar sub-convênios com outras entidades.

Subcláusula Segunda. Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados ou registrados no SICONV e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo **CONVENENTE** mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos casos previstos no inciso II do § 2º do art. 64 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, mediante anuência prévia do **CONCEDENTE**.

Subcláusula Terceira - Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pelo banco, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do instrumento, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço.

Subcláusula Quarta. Antes da realização de cada pagamento, o **CONVENENTE** incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

- I - a destinação do recurso;
- II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e
- V - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do convênio, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis, quando for o caso.

Subcláusula Quinta. faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do **CONVENENTE**, devidamente identificados com o número deste Convênio e mantidos os seus originais em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição do **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Quando autorizado pelo **CONCEDENTE** a realização de despesas administrativas, que devem estar discriminadas no Plano de Trabalho, podem ser realizadas com recursos transferidos pelo **CONCEDENTE**, até o limite de 15% (quinze por cento), nos termos do art. 11-A do Decreto nº 6.170, de 2007.

Subcláusula Primeira. Consideram-se despesas administrativas as despesas com internet, transporte, aluguel, telefone, luz, água e outras similares.

Subcláusula Segunda. Quando a despesa administrativa for paga com recursos do convênio e de outras fontes, o **CONVENENTE** deverá apresentar a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

CLAUSULA DÉCIMA - DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

O **CONVENENTE** deverá executar diretamente a integralidade do objeto, permitindo-se a contratação de serviços de terceiros quando houver previsão no Plano de Trabalho ou em razão de fato superveniente e imprevisível, devidamente justificado, e aprovado pelo **CONCEDENTE**, nos termos do art. 60 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

Subcláusula Primeira. Quando for necessária a aquisição de bens e contratação de serviços pelo **CONVENENTE**, este se obriga a realizar, no mínimo, cotação prévia de preços, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade.

Subcláusula Segunda: A cotação prévia de preços, prevista no art. 11 do Decreto nº 6.170, de 2007, será realizada por intermédio do SICONV, conforme os procedimentos previstos no art. 58 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

Subcláusula Terceira. Na contratação de bens, serviços e obras com recursos do presente convênio, o **CONVENENTE** deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental dispostos nos arts. 2º a 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

Subcláusula Quarta. O **CONVENENTE** deverá apresentar declaração expressa firmada por seu representante legal, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis à contratação de terceiros, previstas nos arts. 57 a 61 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

Subcláusula Quinta. O **CONCEDENTE** deverá verificar o procedimento de contratação realizado pelo **CONVENENTE**, no que tange aos seguintes aspectos:

I - contemporaneidade das cotações de preços;

V - sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetivamente dedicado ao convênio.

Subcláusula Primeira. A seleção e contratação, pelo **CONVENENTE**, de equipe envolvida na execução deste convênio observará a realização de processo seletivo prévio, observadas a publicidade e a impessoalidade.

Subcláusula Segunda. A despesa com a equipe observará os limites percentuais máximos estabelecidos no edital de chamamento público, se houver.

Subcláusula Terceira. O **CONVENENTE** deverá dar ampla transparência aos valores pagos, de maneira individualizada, a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do objeto deste convênio.

Subcláusula Quarta. Não poderão ser contratadas com recursos do convênio as pessoas físicas que tenham sido condenadas por crime:

- I - contra a administração pública ou o patrimônio público;
- II - eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; ou
- III - de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Subcláusula Quinta. A inadimplência do **CONVENENTE** em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao **CONCEDENTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste convênio.

Subcláusula Sexta. Quando a despesa com a remuneração da equipe for paga proporcionalmente com recursos deste convênio, o **CONVENENTE** deverá apresentar a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

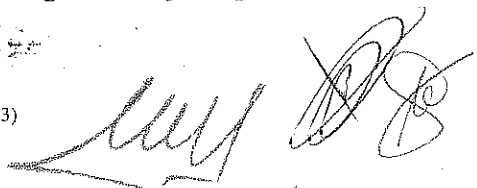
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

Este Convênio poderá ser alterado mediante proposta do **CONVENENTE**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao **CONCEDENTE** para análise e decisão, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedado o desvirtuamento da natureza do objeto pactuado.

Subcláusula Primeira. O convênio deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas, ao Plano de Trabalho aprovado a ele vinculado e às normas pertinentes, sendo vedado alterar o objeto do convênio, na forma descrita na Cláusula Primeira deste instrumento, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, desde que previamente autorizado pelo **CONCEDENTE**.

Subcláusula Segunda. As alterações e ajustes necessários para execução do objeto deverão ser submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do **CONCEDENTE** e integrarão o Plano de Trabalho, por meio de Termo Aditivo.

Subcláusula Terceira. As demais alterações que não impliquem modificação de valor nem alteração de objeto, deverão ser registradas por apostilamento, conforme disposto no art. 65, § 8º, da Lei 8.666/1993.



Subcláusula Quarta. Alcançado o objeto pactuado neste convênio, não serão permitidas a prorrogação e/ou a alteração do Plano de Trabalho, com o fim de utilizar eventuais saldos remanescentes decorrentes da execução deste instrumento e/ou de aplicações financeiras.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Incumbe ao **CONCEDENTE** exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho, na forma do art. 5º, § 2º, e arts. 65 a 71 Portaria Interministerial nº. 507, de 2011, de forma suficiente para garantir a plena execução física do objeto, podendo assumir ou transferir a responsabilidade pela sua execução, no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

Subcláusula Primeira. O **CONCEDENTE** designará e registrará no SICONV representante para o acompanhamento e fiscalização da execução deste Convênio, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas, verificando:

- I - o cumprimento pelo **CONVENENTE** da obrigação contida no item art. 49, parágrafo único, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011;
- II - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- III - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- IV - a regularidade das informações registradas pelo **CONVENENTE** no SICONV; e
- V - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nos prazos e condições estabelecidas.

Subcláusula Segunda. A fiscalização pelo **CONVENENTE** consiste na atividade realizada de modo sistemático com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos, na forma da Cláusula intitulada “Da Contração com Terceiros” e compreende, também, a designação de profissional ou equipe de fiscalização, com experiência necessária ao acompanhamento e controle dos contratos celebrados.

Subcláusula Terceira. No exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto, o **CONCEDENTE** poderá:

- I - valer-se do apoio técnico de terceiros;
- II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;
- III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento; e
- IV - solicitar diretamente à instituição financeira comprovantes de movimentação da conta bancária específica do convênio.

Subcláusula Quarta. Constatadas irregularidades na execução deste Convênio ou impropriedades de ordem técnica, o **CONCEDENTE** suspenderá a liberação de parcelas de recursos pendentes e notificará o **CONVENENTE** para sanear a situação ou prestar informações e esclarecimentos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período.

Subcláusula Quinta. Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o **CONCEDENTE** apreciará e decidirá quanto à aceitação das justificativas apresentadas e dará ciência à Controladoria-Geral da União, nos termos do art. 6º, § 2º, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

Subcláusula Sexta. Findo o prazo fixado para a adoção de providências e a apresentação de esclarecimentos, sem a regularização ou aceitação das justificativas ofertadas, o ordenador de despesas do **CONCEDENTE** realizará a apuração do dano e comunicará o fato ao **CONVENENTE** para que seja ressarcido o valor respectivo, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

Subcláusula Sétima. O **CONCEDENTE** comunicará aos órgãos de controle qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, cientificará o Ministério Público, nos termos dos arts. 6º, §§ 2º e 3º, e 71 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

Subcláusula Oitava. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Subcláusula Nona. Quando previsto no Plano de Trabalho, as obras deverão ser executadas por regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL em se tratando de construção nova e, no caso de reforma e ampliação, o regime adotado deverá ser o de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

- a) caberá ao **CONVENENTE** exigir a elaboração do projeto executivo da empresa contratada previamente à execução do objeto;
- b) no caso da adoção de empreitada por preço global, a diferença encontrada na elaboração do projeto executivo, sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato; e
- c) a liberação da 2ª parcela do convênio estará vinculada/condicionada à apresentação do Projeto Básico/Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pelo **CONCEDENTE**, e dos rendimentos obtidos em aplicações no mercado financeiro consiste no procedimento de acompanhamento sistemático que conterà elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto do convênio e o alcance dos resultados previstos.

Subcláusula Primeira. A Prestação de Contas deverá ser apresentada no SICONV, na forma estabelecida pelo art. 74 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência ou da conclusão do

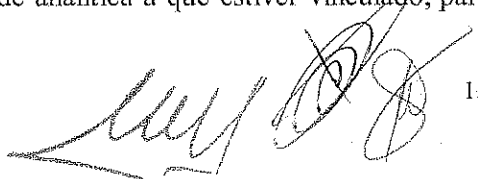
objeto pactuado, o que ocorrer primeiro, e será composto, além dos documentos e informações apresentados pelo **CONVENENTE** no SICONV, do seguinte:

- I - relatório de cumprimento do objeto;
- II - notas e comprovantes fiscais, quanto aos seguintes aspectos: data do documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos registrados no SICONV, valor, aposição de dados do convenente, programa e número do Convênio;
- III - relatório de prestação de contas registrado no SICONV pelo **CONVENENTE**;
- IV - declaração, expedida por técnico habilitado, da realização do objeto e dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do presente Convênio, quando for o caso;
- VI - cópia do Termo de Aceitação de Obras, quando for o caso;
- VII - cópia da documentação comprobatória de serviços de instrutoria, quando for o caso;
- VIII - relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- IX - relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- X - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver;
- XI - termo de compromisso por meio do qual o **CONVENENTE** se obriga a manter os documentos relacionados ao Convênio, nos termos do § 3º do art. 3º da Portaria Interministerial nº 507, de 2011;
- XII - comprovação, quando for o caso, da averbação da construção ou da ampliação do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis, conforme disposto na legislação pertinente;
- XIII - fotos do objeto; e
- XIV - comprovar registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES dos equipamentos médico-hospitalares, quando previstos no Plano de Trabalho (Acórdão n. 247/2010-TCU/Plenário).

Subcláusula Segunda. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o **CONCEDENTE** estabelecerá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

Subcláusula Terceira. O **CONVENENTE** deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas na análise da prestação de contas, via notificação eletrônica por meio do SICONV. Enquanto não estiver disponível a notificação eletrônica, a notificação prévia será feita por meio de carta registrada com declaração de conteúdo, devendo a notificação ser registrada no SICONV.

Subcláusula Quarta. Se, ao término do último prazo estabelecido, o **CONVENENTE** não apresentar a prestação de contas no SICONV nem devolver os recursos, o **CONCEDENTE** registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas, e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para



fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

Subcláusula Quinta. O **CONCEDENTE** deverá registrar no SICONV o recebimento da prestação de contas, cuja análise será feita no encerramento do Convênio com base na documentação registrada no SICONV, não se equiparando a auditoria contábil, e terá por fim atestar ou não a conclusão da execução física do objeto, bem como a verificação dos documentos relacionados no art. 59 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

Subcláusula Sexta. O **CONCEDENTE** ou, se extinto, o seu sucessor, terá o prazo de um ano, prorrogável por igual período mediante justificativa, contado da data da sua apresentação no SICONV, para analisar conclusivamente a prestação de contas, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes. O eventual ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no SICONV, cabendo ao **CONCEDENTE** prestar declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

Subcláusula Sétima. Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente do **CONCEDENTE**, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SICONV e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, observando os art. 82 a 84 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência e adoção dos procedimentos relativos à Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o **CONVENIENTE**, no mesmo prazo estabelecido para a prestação de contas, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, obriga-se a recolher à **CONTA ÚNICA DO TESOUREO NACIONAL**, no Banco do Brasil S.A., em favor da União, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br, Portal SIAFI, informando como beneficiário o Fundo Nacional de Saúde, CNPJ 00.530.493/0001-71, Unidade Gestora 257001, Gestão 00001, Código de Recolhimento a ser informado pelo **CONCEDENTE**:

- I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio;
- II - o valor total transferido pelo **CONCEDENTE**, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:
 - a) quando não for executado o objeto do Convênio, excetuada a hipótese prevista no art. 72, § 2º, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, em que não haverá incidência de juros de mora;
 - b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

III - o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais.

Subcláusula Primeira. A devolução prevista nesta Cláusula será realizada com observância da proporcionalidade dos recursos transferidos pelo **CONCEDENTE**, independentemente da época em que foram aportados pelos partícipes.

Subcláusula Segunda. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial nos casos em que for contactada a participação de agente públicos, ou adoção dos procedimentos de cobrança no que for cabível, sem prejuízo da inscrição do **CONVENENTE** no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), nos termos da Lei nº 10.522, de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS BENS REMANESCENTES

Todos os bens patrimoniais que vierem a ser adquiridos ou produzidos com recursos do **CONCEDENTE** no âmbito deste Convênio, previstos ou não, remanescentes na data da sua conclusão ou extinção, serão de propriedade do **CONVENENTE**, para assegurar a continuidade de programa governamental, observadas as disposições do Decreto nº 6.170, de 2007 e da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, em conformidade com o disposto na Lei n. 13.080/2015 e demais normas regulamentadoras.

Subcláusula Primeira. O inventário de Bens Patrimoniais a ser realizado pelo **CONVENENTE**, após aprovado pelo **CONCEDENTE**, integrará a prestação de contas do Convênio.

Subcláusula Segunda. Os bens patrimoniais que vierem a ser adquiridos ou produzidos em razão deste Convênio constituem garantia real em favor do **CONCEDENTE**, em montante equivalente aos recursos de capital destinados ao **CONVENENTE**, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, aplicando-se a reversão patrimonial quando houver desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos, conforme o disposto na LDO referente à época da celebração.

Subcláusula Terceira. O **CONVENENTE**, observado o tempo de vida útil aplicável ao bem, não poderá proceder ao desfazimento (venda, doação, cessão de uso etc.) sem a prévia e expressa anuência do **CONCEDENTE**, devidamente solicitado e motivado pelo **CONVENENTE**, observada a legislação vigente. Em situações de caso fortuito ou de força maior, o **CONVENENTE** deverá comunicar, formalmente, ao **CONCEDENTE**, anexando a competente ocorrência em órgãos oficiais, para apreciação, registros e autorização à **CONVENENTE** para proceder à baixa e aos efetivos registros.

Subcláusula Quarta. O **CONVENENTE**, nos financiamentos destinados a investimentos físicos (construção, ampliação, reforma e/ou adaptação) obriga-se a afixar Placa de Obra na forma do disposto na IN n. 31/2003, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, publicada no DOU, de 11.09.2003, ou ato que venha a modificar ou suceder, observado o que se dispõe no § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESERVA DE PROPRIEDADE

A titularidade das pesquisas científicas, programas desenvolvidos e resultados tecnológicos que deles advenham, financiados com recursos deste instrumento, serão incorporados ao uso do **CONCEDENTE** e de outras esferas de gestão do Sistema Único de Saúde - SUS, podendo somente ser utilizados tanto pelo **CONVENENTE** ou por terceiros interessados se prévia e expressamente autorizado pelo **CONCEDENTE**, observando-se as disposições e legislação aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser:

I - **denunciado** a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

II - **rescindido**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Subcláusula Primeira. A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

Subcláusula Segunda. A apuração de irregularidades cometidas pelo **CONVENENTE** poderá ensejar as medidas consignadas nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 7.592, de 2011, notadamente quanto à declaração de que a entidade privada sem fins lucrativos fique impedida de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a administração pública federal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo **CONCEDENTE** no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

Subcláusula Primeira. O **CONCEDENTE** registrará no SICONV os atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente convênio.

Subcláusula Segunda. O **CONVENENTE** obriga-se a:

- I - notificar, se houver, o conselho municipal ou estadual responsável pela respectiva política pública onde será executada a ação;
- II - cientificar da celebração deste Convênio o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver; e
- III - disponibilizar, por meio da internet, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir link em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DIVULGAÇÃO

Em qualquer ação promocional do **CONVENENTE** relacionada com o objeto deste convênio será consignada a participação do **CONCEDENTE** na mesma proporção atribuída ao **CONVENENTE** e, em se tratando de material promocional gráfico, áudio e audiovisual, deverá ser consignada a logomarca oficial do **CONCEDENTE** na mesma proporção da marca ou nome do **CONVENENTE**.

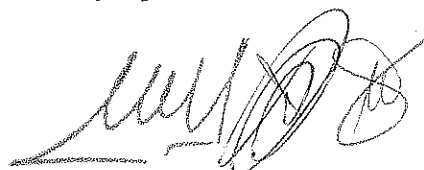
Subcláusula Primeira. Fica vedada aos partícipes a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, na forma e nos valores previstos no Plano de Trabalho, e desde que delas não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de autoridades ou servidores públicos, consoante disposto no § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.

Subcláusula Segunda. Deverá ser mantida, obrigatória e permanentemente, em local visível, sob pena de imediata suspensão da liberação dos recursos, placa identificadora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

- I - todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, quando realizadas por intermédio do SICONV;
- II - as comunicações que não puderem ser efetuadas pelo SICONV serão remetidas por correspondência ou mensagens eletrônicas e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
- III - as mensagens e documentos não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias;
- IV - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e
- V - as exigências que não puderem ser cumpridas por meio do SICONV deverão ser supridas através da regular instrução processual.

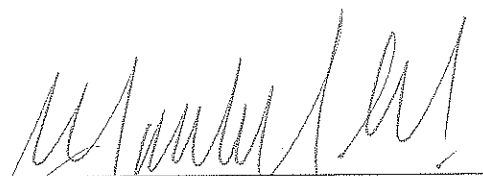


CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Convênio, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Brasília, 26 de novembro 2015.

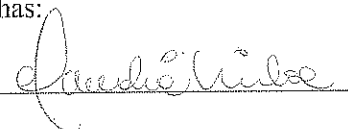


MARCELO COSTA E CASTRO
MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

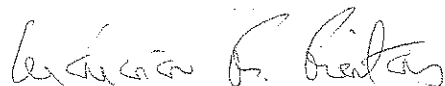


MILTON TEDDE
PROVEDOR DO(A) IRMANDADE DA
SANTA CASA DE MISERICORDIA DE
MARILIA - SP

Testemunhas:



Nome: *Cláudia Maria Boudier de Melo Lichas*
CPF: *258696054-20*



Nome: *MARCO FRANCO DE FREITAS*
CPF: *055.435.878-75*



garantir a implementação e desenvolvimento das atividades de acesso e permanência dos estudantes indígenas na FUB. Dos recursos financeiros, o presente Acordo não prevê a transferência, direta ou indireta, de recursos financeiros entre os participantes, ficando a FUNAI e a FUB comprometidas a garantir em seus orçamentos os recursos correspondentes para assegurar os compromissos neste instrumento, mediante Plano de Trabalho específico. Da Vigência: O presente Acordo vigorará por 10 (dez) anos, a contar da data de sua assinatura. Data de Assinatura: 13 de novembro de 2015.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Termo Aditivo Nº 00001/2015 ao Convênio Nº 744994/2010. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001, Conveniente: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 16.693.025/0001-97. Aditamento do prazo de vigência do convênio. Valor Total: R\$ 579.903,14, Valor de Contrapartida: R\$ 18.060,00, Vigência: 01/07/2010 a 09/06/2016. Data de Assinatura: 02/12/2015. Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: MARCO ANTONIO BADARO BIANCHINI, CPF nº 656.599.886-87.

(SICONV(PORTAL) - 07/12/2015)

Espécie: Termo Aditivo Nº 00002/2015 ao Convênio Nº 793473/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001, Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - MS, CNPJ nº 03.015.475/0001-40. Ampliação do prazo de vigência do Convênio SENASP/MS nº 793473/2013 (Projeto de Convênio ? Fortalecer a Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Homicídios-DEH de Campo Grande/MS) por mais 6 meses. Prazo de vigência atual: até 06 de dezembro de 2015 ? 1 Termo Aditivo publicado no Diário Oficial da União nº 41 ? 2º Seção 3, datado de 03 de março de 2015, pag. 83. Valor Total: R\$ 370.162,00, Valor de Contrapartida: R\$ 18.509,00, Vigência: 27/12/2013 a 06/06/2016. Data de Assinatura: 06/12/2015. Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: SILVIO CESAR MALLUF, CPF nº 044.450.608-01.

(SICONV(PORTAL) - 07/12/2015)

Espécie: Termo Aditivo Nº 00002/2015 ao Convênio Nº 811911/2014. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001, Conveniente: ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ nº 03.507.415/0028-64. Complementação - Pedido de Prorrogação de Vigência do Convênio 811911/2014, por mais 12 meses.. Valor Total: R\$ 6.887.926,54, Valor de Contrapartida: R\$ 206.637,80, Vigência: 20/11/2014 a 20/11/2016. Data de Assinatura: 10/11/2015. Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: MAURO ZAZQUE DE JESUS, CPF nº 459.749.261-53.

(SICONV(PORTAL) - 07/12/2015)

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Espécie: Convênio Nº 821249/2015, Nº Processo: 25000177483201553, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MARÍLIA CNPJ nº 5204924000162, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 130.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 130.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800744, Valor: R\$ 130.000,00, PTRES: 102876, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 26/11/2015 a 25/11/2016, Data de Assinatura: 26/11/2015, Signatários: Concedente: ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS CPF nº 738.678.377-91, Conveniente: MILTON TEDDE CPF nº 139.878.108-82.

Espécie: Convênio Nº 814970/2014, Nº Processo: 25000204234201469, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: GRUPO PELA VALORIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E DIGNIDADE DO DOENTE DE AIDS DE SÃO PAULO (PELA VIDA- SP) CNPJ nº 67836288000100, Objeto: AÇÕES DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (DECORRENTE DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2014 - SVS/MS), Valor Total: R\$ 133.584,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 133.584,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800486,

Valor: R\$ 133.584,00, PTRES: 091377, Fonte Recurso: 6151000000, ND: 33504305, Vigência: 17/11/2015 a 16/11/2016, Data de Assinatura: 17/11/2015, Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO CPF nº 023.820.913-04, Conveniente: MARIA HIROKO WATINAGA CPF nº 468.554.838-87.

Espécie: Convênio Nº 814499/2014, Nº Processo: 25000204305201423, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: INSTITUTO AMAZONICO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA E AMBIENTAL CNPJ nº 07123787000128, Objeto: AÇÕES DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (DECORRENTE DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2014 - SVS/MS), Valor Total: R\$ 199.131,18, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 199.131,18, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800492, Valor: R\$ 199.131,18, PTRES: 091377, Fonte Recurso: 6151000000, ND: 33504305, Vigência: 24/11/2015 a 23/11/2016, Data de Assinatura: 24/11/2015, Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO CPF nº 023.820.913-04, Conveniente: RODRIGO MACEDO LOPES CPF nº 134.791.898-14.

Espécie: Convênio Nº 814544/2014, Nº Processo: 25000204153201469, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: GTP+ - GRUPO DE TRABALHOS EM PREVENÇÃO POSITIVO CNPJ nº 05087056000155, Objeto: AÇÕES DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (DECORRENTE DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2014 - SVS/MS), Valor Total: R\$ 199.844,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 199.844,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800508, Valor: R\$ 199.844,00, PTRES: 091377, Fonte Recurso: 6151000000, ND: 33504305, Vigência: 20/11/2015 a 19/11/2016, Data de Assinatura: 20/11/2015, Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO CPF nº 023.820.913-04, Conveniente: WLADIMIR CARDOSO REIS CPF nº 278.287.194-34.

Espécie: Convênio Nº 821887/2015, Nº Processo: 25000186835201563, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: SANTA CASA DE ARCOS CNPJ nº 16968547000115, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 140.272,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 140.272,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800947, Valor: R\$ 140.272,00, PTRES: 102649, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 25/11/2015 a 24/11/2016, Data de Assinatura: 25/11/2015, Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO CPF nº 023.820.913-04, Conveniente: FERNANDO FRANCISCO RIBEIRO CPF nº 363.812.176-34.

Espécie: Convênio Nº 821133/2015, Nº Processo: 25000172485201558, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: HOSPITAL DE CARIDADE DE ERECHIM CNPJ nº 89428718000197, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 140.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 140.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800764, Valor: R\$ 140.000,00, PTRES: 103408, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 20/11/2015 a 19/11/2016, Data de Assinatura: 20/11/2015, Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO CPF nº 023.820.913-04, Conveniente: CLAUDIO ROGERIO GALLI CPF nº 023.762.020-00.

Espécie: Convênio Nº 820976/2015, Nº Processo: 25000173382201513, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: ASSOCIACAO HOSPITAL BOM PASTOR IJUI CNPJ nº 92004225000134, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 150.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 150.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800657, Valor: R\$ 150.000,00, PTRES: 103408, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 20/11/2015 a 19/11/2016, Data de Assinatura: 20/11/2015, Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO CPF nº 023.820.913-04, Conveniente: ANTONIO MIRON CPF nº 060.753.980-15.

Espécie: Convênio Nº 820977/2015, Nº Processo: 25000172324201564, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: ASSOCIACAO HOSPITAL BOM PASTOR IJUI CNPJ nº 92004225000134, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 200.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 200.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800621, Valor: R\$ 200.000,00, PTRES: 103753, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 20/11/2015 a 19/11/2016, Data de Assinatura: 20/11/2015, Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO CPF nº 023.820.913-04, Conveniente: ANTONIO MIRON CPF nº 060.753.980-15.

Espécie: Convênio Nº 821137/2015, Nº Processo: 25000173316201568, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: HOSPITAL DE CARIDADE DE ERECHIM CNPJ nº 89428718000197, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 111.600,00, Valor de Contrapartida: R\$ 1.600,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 110.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800779, Valor: R\$ 110.000,00, PTRES: 103408, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 20/11/2015 a 19/11/2016, Data de Assinatura: 20/11/2015, Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO CPF nº 023.820.913-04, Conveniente: CLAUDIO ROGERIO GALLI CPF nº 023.762.020-00.

Espécie: Convênio Nº 820861/2015, Nº Processo: 25000172897201598, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: ASSOCIACAO DAS IRMAS FRANCISCANAS DE SAO JOSE CNPJ nº 86185220005464, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 100.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 100.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800607, Valor: R\$ 100.000,00, PTRES: 103813, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 23/11/2015 a 22/11/2016, Data de Assinatura: 23/11/2015, Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO CPF nº 023.820.913-04, Conveniente: MARIA HEERDT CPF nº 145.515.279-04.

Espécie: Convênio Nº 820939/2015, Nº Processo: 25000172496201538, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: HOSPITAL REGIONAL DE PALMITOS CNPJ nº 85361053000190, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 200.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 200.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800675, Valor: R\$ 200.000,00, PTRES: 101400, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 20/11/2015 a 19/11/2016, Data de Assinatura: 20/11/2015, Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO CPF nº 023.820.913-04, Conveniente: BELONI INACIO DECKER CPF nº 171.195.700-30.

Espécie: Convênio Nº 821021/2015, Nº Processo: 25000172437201560, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: SOCIEDADE LITERARIA E CARITATIVA SANTO AGOSTINHO CNPJ nº 92736040000890, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 2.544,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 2.544,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800624, Valor: R\$ 2.544,00, PTRES: 103210, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 20/11/2015 a 19/11/2016, Data de Assinatura: 20/11/2015, Signatários: Concedente: ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS CPF nº 738.678.377-91, Conveniente: LIBERA MEZZARI CPF nº 346.229.340-00.

Espécie: Convênio Nº 820859/2015, Nº Processo: 25000172920201544, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO CNPJ nº 86204799000153, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 490.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 490.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800608, Valor: R\$ 490.000,00, PTRES: 102119, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 23/11/2015 a 22/11/2016, Data de Assinatura: 23/11/2015, Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO CPF nº 023.820.913-04, Conveniente: AVELINO JOAO FRANCISCO CPF nº 141.375.519-15.

Espécie: Convênio Nº 820934/2015, Nº Processo: 25000172885201563, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: HOSPITAL DE CARIDADE SAO BRAZ CNPJ nº 85604395000194, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 150.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 150.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800603, Valor: R\$ 150.000,00, PTRES: 103442, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 24/11/2015 a 23/11/2016, Data de Assinatura: 24/11/2015, Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO CPF nº 023.820.913-04, Conveniente: MARIANO BORDON SOSA CPF nº 692.522.979-87.

Espécie: Convênio Nº 820955/2015, Nº Processo: 25000172050201511, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conveniente: SOCIEDADE LITERARIA E CARITATIVA SANTO AGOSTINHO CNPJ nº 92736040000890, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 378.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 378.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800723, Valor: R\$ 378.000,00, PTRES: 103210, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 26/11/2015 a 25/11/2016, Data de Assinatura: 26/11/2015, Signatários: Concedente: ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS CPF nº 738.678.377-91, Conveniente: LIBERA MEZZARI CPF nº 346.229.340-00.



Espécie: Convênio nº 820974/2015, Processo nº 25000167838201506, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE CNPJ 03123393000208, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 153.110,00, Valor de Contrapartida: R\$ 3.110,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 150.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800664, Valor: R\$ 150.000,00, FTRES: 103408, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 02/12/2015 a 01/12/2016, Data de Assinatura: 02/12/2015, Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO CPF 023.820.913-04, Conveniente: TERESIA SOMIA STEFFEN CPF 286.163.080-91.

Espécie: Convênio nº 820975/2015, Processo nº 25000171664201578, Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE CNPJ 03123393000208, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, Valor Total: R\$ 503.400,00, Valor de Contrapartida: R\$ 3.400,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 500.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800673, Valor: R\$ 500.000,00, FTRES: 102064, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44504201, Vigência: 01/12/2015 a 30/11/2016, Data de Assinatura: 01/12/2015, Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO CPF 023.820.913-04, Conveniente: TERESIA SOMIA STEFFEN CPF 286.163.080-91.

Espécie: Convênio nº 820737 Processo nº 25000.172074/2015-62 Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE/BA, CNPJ 15.178.551/0001-17, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, para o programa 10.302.2015.8535.0026 Valor Total: R\$ 243.834,91, Crédito Orçamentário: FTRES: 103747, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44.50.42, Num Empenho: 2015NE800587, Vigência: 20/11/2015 a 19/11/2016 Data de Assinatura: 20/11/2015 Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO, CPF 023.820.913-04, Conveniente: MARIA RITA SOUZA BRITO LOPES PONTES, CPF 540.594.027-53.

Espécie: Convênio nº 821945 Processo nº 25000.172292/2015-05 Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: INSTITUTO DE MEDICINA INTEGRAL PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA - IMP/PE, CNPJ 10.988.301/0001-29, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, para o programa 10.302.2015.8535.0026 Valor Total: R\$ 400.000,00 Valor de Contrapartida: R\$0,00, Crédito Orçamentário: FTRES:102125, Fonte Recurso: 610000000000, ND: 44504201, Num Empenho: 2015NE800818, Vigência: 27/11/2015 a 26/11/2016 Data de assinatura: 27/11/2015 Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO - CPF 023.820.913-04, Conveniente: GILLIATT HANOIS FALBO NETO, CPF 213.304.254-72

Espécie: Convênio nº 820762 Processo nº 25000.172835/2015-86 Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE/BA, CNPJ 15.178.551/0001-17, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, para o programa 10.302.2015.8535.0026 Valor Total: R\$ 300.000,00, Crédito Orçamentário: FTRES: 103615, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44.50.42, Num Empenho: 2015NE800776, Vigência: 20/11/2015 a 19/11/2016 Data de Assinatura: 20/11/2015 Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO, CPF 023.820.913-04, Conveniente: MARIA RITA SOUZA BRITO LOPES PONTES, CPF 540.594.027-53.

Espécie: Convênio nº 821946 Processo nº 25000.172234/2015-73 Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: INSTITUTO DE MEDICINA INTEGRAL PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA - IMP/PE, CNPJ 10.988.301/0001-29, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, para o programa 10.302.2015.8535.0026 Valor Total: R\$ 400.000,00 Valor de Contrapartida: R\$0,00, Crédito Orçamentário: FTRES:101763, Fonte Recurso: 610000000000, ND: 44504201, Num Empenho: 2015NE800872, Vigência: 27/11/2015 a 26/11/2016 Data de assinatura: 27/11/2015 Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO - CPF 023.820.913-04, Conveniente: GILLIATT HANOIS FALBO NETO, CPF 213.304.254-72

Espécie: Convênio nº 820830 Processo nº 25000.172038/2015-07 Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE/BA, CNPJ 15.178.551/0001-17, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, para o programa 10.302.2015.8535.2261 Valor Total: R\$ 192.000,00, Crédito Orçamentário: FTRES: 109765, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44.50.42, Num Empenho: 2015NE800585, Vigência: 20/11/2015 a 19/11/2016 Data de Assinatura: 20/11/2015 Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO, CPF 023.820.913-04, Conveniente: MARIA RITA SOUZA BRITO LOPES PONTES, CPF 540.594.027-53.

Espécie: Convênio nº 821948 Processo nº 25000.172133/2015-01 Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: INSTITUTO DE MEDICINA INTEGRAL PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA - IMP/PE, CNPJ 10.988.301/0001-29, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, para o programa 10.302.2015.8535.0026 Valor Total: R\$ 200.000,00 Valor de Contrapartida: R\$0,00, Crédito Orçamentário: FTRES:103912, Fonte Recurso: 610000000000, ND: 44504201, Num Empenho: 2015NE800817, Vigência: 27/11/2015 a 26/11/2016 Data de assinatura: 27/11/2015 Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO - CPF 023.820.913-04, Conveniente: GILLIATT HANOIS FALBO NETO, CPF 213.304.254-72

Espécie: Convênio nº 820831 Processo nº 25000.172252/2015-55 Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: LIGA ALVAREZ BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL/BA, CNPJ 15.170.720/0001-06, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, para o programa 10.302.2015.8535.7960 Valor Total: R\$ 100.000,00, Crédito Orçamentário: FTRES: 103326, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44.50.42, Num Empenho: 2015NE800682, Vigência: 20/11/2015 a 19/11/2016 Data de Assinatura: 20/11/2015 Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO, CPF 023.820.913-04, Conveniente: DURVAL FREIRE DE CARVALHO OLIVIERI, CPF 004.452.155-34.

Espécie: Convênio nº 822046 Processo nº 25000. 171376/2015-76 Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Unidade Gestora: 257001, Gestão: 00001, Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AO CÂNCER EM GOIÁS/GO, CNPJ 01.585.595/0001-57, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, para o programa 10.302.2015.8535.5512 Valor Total: R\$ 1.000.000,00, Crédito Orçamentário: FTRES: 103074, Fonte Recurso: 6100000000, ND: 44.50.42, Num Empenho: 2015NE800964, Vigência: 27/11/2015 a 26/11/2016 Data de Assinatura: 27/11/2015 Signatários: Concedente: MARCELO COSTA E CASTRO, CPF 023.820.913-04, Conveniente: ALEXANDRE JOAO MENEZINH, CPF 806.125.046-20.

RETIFICAÇÕES

No Extrato do Convênio nº 821249/2015, do(a) IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MARILIA/SP, publicado no Diário Oficial da União nº 234, de 08/12/2015, Seção 3, Página 82, onde se lê: SIGNATÁRIOS: ...Conveniente: ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS CPF: 738.678.377-91 leia-se: SIGNATÁRIOS: ... Conveniente: MARCELO COSTA E CASTRO, CPF: 023.820.913-04....

No Extrato do Convênio nº 820955/2015, do(a) SOCIEDADE LITERÁRIA E CARITATIVA SANTO AGOSTINHO/SC, publicado no Diário Oficial da União nº 234, de 08/12/2015, Seção 3, Página 82, onde se lê: SIGNATÁRIOS: ...Conveniente: ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS CPF: 738.678.377-91 leia-se: SIGNATÁRIOS: ... Conveniente: MARCELO COSTA E CASTRO, CPF: 023.820.913-04....

No Extrato do Convênio nº 821021/2015, do(a) SOCIEDADE LITERÁRIA E CARITATIVA SANTO AGOSTINHO/SC, publicado no Diário Oficial da União nº 234, de 08/12/2015, Seção 3, Página 82, onde se lê: SIGNATÁRIOS: ...Conveniente: ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS CPF: 738.678.377-91 leia-se: SIGNATÁRIOS: ... Conveniente: MARCELO COSTA E CASTRO, CPF: 023.820.913-04....

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 378/2015

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Buenos Aires no Estado de Pernambuco, representado pela Secretaria Municipal de Saúde. OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Buenos Aires - PE. DATA DA ASSINATURA: 8/12/2015.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 380/2015

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu no Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria Municipal de Saúde. OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Cachoeiras de Macacu - RJ. DATA DA ASSINATURA: 8/12/2015.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 384/2015

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu no Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria Municipal de Saúde. OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Conceição de Macabu - RJ. DATA DA ASSINATURA: 8/12/2015.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 381/2015

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin no Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria Municipal de Saúde. OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Engenheiro Paulo de Frontin - RJ. DATA DA ASSINATURA: 8/12/2015.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 383/2015

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho no Estado do Rio de Janeiro, representado pela sua Diretoria. OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho - RJ. DATA DA ASSINATURA: 8/12/2015.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 382/2015

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Mendes no Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria Municipal de Saúde. OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Mendes - RJ. DATA DA ASSINATURA: 8/12/2015.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 379/2015

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Rio das Flores no Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria Municipal de Saúde. OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Rio das Flores - RJ. DATA DA ASSINATURA: 8/12/2015.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 385/2015

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Milhã no Estado do Ceará, representado pela Secretaria Municipal de Saúde. OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Milhã - CE. DATA DA ASSINATURA: 8/12/2015.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 386/2015

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Tubarão no Estado de Santa Catarina, representado pela Secretaria Municipal de Saúde. OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Tubarão - SC. DATA DA ASSINATURA: 8/12/2015.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 388/2015

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Bayeux no Estado da Paraíba, representado pela Secretaria Municipal de Saúde. OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Bayeux - PB. DATA DA ASSINATURA: 8/12/2015.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 387/2015

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Cabedelo no Estado da Paraíba, representado pela Secretaria Municipal de Saúde. OBJETO: Alocar ou ceder servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e seus órgãos para desempenharem atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Cabedelo - PB. DATA DA ASSINATURA: 8/12/2015.